

PPA 2020-2023

PROGRAMA: 6211 - DIREITOS HUMANOS

OBJETIVO

O190 - DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE ECONÔMICA, SOCIAL E JURÍDICA: AMPLIAR E APRIMORAR A RECEPÇÃO, O ACOLHIMENTO E A ORIENTAÇÃO JURÍDICA DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE ECONÔMICA, SOCIAL E JURÍDICA DE MODO A ASSEGURAR ATENDIMENTO INTEGRAL E INTERDISCIPLINAR E, QUANDO NECESSÁRIO, PROMOVER A DEFESA EXTRAJUDICIAL E JUDICIAL, INDIVIDUAL E COLETIVA DE SEUS DIREITOS CIVIS, POLÍTICOS, SOCIAIS, ECONÔMICOS, CULTURAIS E AMBIENTAIS DE FORMA ARTICULADA COM OS SERVIÇOS PÚBLICOS DISTRITAIS DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEGURANÇA PÚBLICA.

UNIDADE RESPONSÁVEL: 48101 - DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

AVALIAÇÃO 2021

Para consecução do Objetivo proposto nesse PPA e de modo a ampliar e aprimorar a recepção, o acolhimento e a orientação jurídica das pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, social e jurídica, além de possuir Núcleos de Atendimento Jurídico presencial em todas as Circunscrições Judiciárias, com atuação em cerca de 90% das unidades jurisdicionais, a Defensoria Pública do DF inaugurou, no ano de 2021, a Central de Relacionamento com os Cidadãos - CRC e a Carreta de Atendimento Móvel.

Por meio da Central, muitos atendimentos, que só ocorreriam presencialmente em um Núcleo de Assistência Jurídica (NAJ), passaram a ser realizados mediante chamada telefônica sem custo para quem busca o atendimento. Isso representa um enorme ganho agregado para toda população vulnerável do DF, tanto em termos de dispêndio de recursos financeiros quanto de tempo, dispensando a necessidade de descolçamento para um local de atendimento físico a fim de obter informações e orientações adequadas.

Por outro lado, a Carreta Móvel da Defensoria Pública do Distrito Federal é o maior equipamento itinerante de atendimento jurídico à criança e ao adolescente do Brasil. Como uma ferramenta de acesso à justiça, a Unidade Móvel descentraliza o atendimento dos Núcleos de Assistência Jurídica da Defensoria Pública e o aproxima das comunidades hipossuficientes. O equipamento itinerante da Defensoria percorre diversas regiões do DF para cumprir sua missão de garantir direitos fundamentais das famílias em situação de vulnerabilidade. No veículo, estão disponíveis todos os serviços básicos da Defensoria Pública do DF e outras especificidades de acordo com o estudo prévio das demandas de cada região. Além disso, a Unidade pode atender ações relacionadas à adoção, internação compulsória para tratar drogadição, alvará judicial para viagem internacional, defesa em ações de acolhimento institucional e destituição do poder familiar, entre outros casos.

Destaca-se ainda o trabalho da Subsecretaria de Atividade Psicossocial da Defensoria Pública do Distrito Federal (SUAP/DPDF), que consiste em um órgão de apoio técnico, vinculado diretamente à Defensoria Pública Geral e que tem como objetivo primordial executar no âmbito do Psicossocial a garantia de direitos da população em situação de vulnerabilidade social, promovendo a difusão e a conscientização dos direitos humanos e da cidadania. Nesse sentido, a equipe multidisciplinar estruturada por psicólogos e assistentes sociais, presta assistência integral à população do Distrito Federal, por meio de articulação com a Rede do DF como alternativa à judicialização das demandas apresentadas à DPDF.

Por fim, mas também fundamental para a consecução do Objetivo, está a promoção da Educação em Direito. Nesse sentido, a Escola de Assistência Jurídica da Defensoria Pública do DF - EASJUR- DF tem atuado de maneira constante na difusão da conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico, por meio de cursos, palestras, oficinas e rodas de discussão. Dentre as realizações de 2021, destaca-se a ampliação das atividades de ensino à distância da EASJUR, tanto por meio dos cursos e materiais oferecidos no sítio eletrônico escola.defensoria.df.gov.br, quanto pela realização de Lives. O sítio eletrônico da escola dispõe de um sistema que proporciona uma experiência *on-line* desde a inscrição até o certificado. Com apenas um cadastro e a partir de poucos cliques, o usuário pode explorar as atividades, realizar a sua inscrição, verificar o *status*, acompanhar a frequência na atividade, responder avaliação e retirar certificado. Ainda no escopo da Escola, destacam-se, também, o Laboratório de Inclusão Digital; o Programa de Atendimento Integrado; a Revista da Defensoria; a concessão de Bolsas de Estudo sem ônus para o Estado, a partir de cooperações com diversas instituições de ensino. Dentre os programas sociais já consolidados e desenvolvidos no âmbito da escola, vale citar: Projeto Conhecer Direito, Projeto Direito para Liberdade, o Programa Comunicação Restaurativa, o Programa Cidadania Bilíngue, o Programa de Interação Acadêmica e o

Programa Meu Condomínio Legal. Tudo isso representa um avanço imorantíssimo na prestação de serviços e uma ampliação no escopo do atendimento realizado pela Instituição.

Status Avaliação: OC - (A) Homologado

MONITORAMENTO

Código Monitoramento: O190-1-2021

Início: 1/2021

Fim: 12/2021

Inativo: Não

Concluído: Sim

Indicadores

IN10333 - GRAU DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO

UO Responsavel: 48101 - DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Fonte de Informação: DPG / DPDF

Unidade de Medida: 13 - PERCENTUAL

Periodicidade: Anual

Tendência: Maior, Melhor

Índice de Referencia: > -

Data de Referencia: -

Dados do Monitoramento

Índices Desejados	Índices Alcançados	Situação do Atributo	Razão da Situação do Atributo
2020 >= 65,00	x	Atributo não apurado	Não se aplica
2021 >= 70,00	x	Atributo não apurado	Não se aplica
2022 >= 75,00	x	-	-
2023 >= 80,00	x	-	-

Status do Monitoramento: OC- (M) Homologado

Informações Complementares: Atributo não apurado. Tendo em vista as medidas de enfrentamento à COVID- 19 que vigeram no ano de 2021, com a mudança do paradigma de atendimento à população alternando por vezes entre presencial e remoto, ainda não foi possível implementar as rotinas necessárias para realização de uma pesquisa de satisfação acurada. Cabe ressaltar a enorme ampliação nos canais de atendimento virtual promovida pela Defensoria Pública do DF, em especial, a inauguração da Central de Relacionamento com os Cidadãos (CRC). O foco operacional da instituição se manteve no atendimento às populações vulneráveis.

Recomendações: -

Descrição da Recomendação: -

IN10334 - PESSOAS CONTEMPLADAS PELAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS DESENVOLVIDAS PELA DPDF

UO Responsável: 48101 - DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Fonte de Informação: EASJUR / DPDF

Unidade de Medida: 01 - UNIDADE

Periodicidade: Anual

Tendência: Maior, Melhor

Índice de Referência: > -

Data de Referência: -

Dados do Monitoramento

Índices Desejados	Índices Alcançados	Situação do Atributo	Razão da Situação do Atributo
2020 >= 6.300,00	15.228,00	Indicador com índice alcançado	Não se aplica
2021 >= 6.600,00	31.576,00	Indicador com índice alcançado	Não se aplica
2022 >= 6.900,00	x	-	-
2023 >= 7.200,00	x	-	-

Status do Monitoramento: OC- (M) Homologado

Informações Complementares: O quantitativo de 31.576 refere-se às pessoas contempladas diretamente pelas atividades de educação em direito promovidas pela Defensoria Pública do DF no ano de 2021, por meio da Escola de Assistência Jurídica - EASJUR/DPDF (17 mil pessoas), bem como pelo Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos (14.096 pessoas) e pelo Núcleo de Promoção e Defesa das Mulheres (480 pessoas). Além disso, a produção de materiais de ensino de divulgação online, como Cartilhas Educativas e outros, permitiu o alcance de um inestimável número de pessoas.

Recomendações: Revisão de atributo

Descrição da Recomendação: O indicador 10334 possui como índices desejados as quantidades de 6.300 e 6.600 para os exercícios de 2020 e 2021, respectivamente. Ocorre que, em 2020, foi alcançada a quantidade de 15.228 e, em 2021, foi alcançada a quantidade de 31.576 unidades de pessoas contempladas pelas atividades de educação em direitos desenvolvidas pela DPDF, levando a entender que o indicador parece subestimado. Desta forma, orientamos solicitar a revisão do indicador, com a finalidade de traçar uma realização mais desafiadora de ser alcançada até dezembro de 2023. Acrescentamos que o módulo revisão do PPA está disponível para que as Unidades incluam suas demandas até o dia 31/05, conforme Portaria nº 80, de 23 de fevereiro de 2022, que estabelece o Cronograma de Responsabilidades e Prazos dos Órgãos e Entidades do Distrito Federal para elaboração, avaliação e revisão dos Instrumentos de Planejamento Governamental. As orientações de como proceder e formalizar a solicitação, no sistema PPA WEB, constam no item do 11. Revisão do manual disponível no endereço <https://www.economia.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/04/Manual-de-operacao-PPAWEB-8.pdf>.

IN10509 - PARTICIPAÇÃO EM COMITÊS E COMISSÕES DE DEFESA DE DIREITOS DE GRUPOS SOCIAIS VULNERÁVEIS

UO Responsável: 48101 - DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Fonte de Informação: DPG / DPDF

Unidade de Medida: 01 - UNIDADE

Periodicidade: Anual

Tendência: Maior, Melhor

Índice de Referência: > -

Data de Referência: -

Dados do Monitoramento

Índices Desejados	Índices Alcançados	Situação do Atributo	Razão da Situação do Atributo
2020 >= 29,00	31,00	Indicador com índice alcançado	Não se aplica
2021 >= 32,00	33,00	Indicador com índice alcançado	Não se aplica
2022 >= 35,00	x	-	-
2023 >= 38,00	x	-	-

Status do Monitoramento: OC- (M) Homologado

Informações Complementares: Não são contabilizadas as participações em Comitês e Comissões de ordem administrativa, nem os da ANADEP (pois esses últimos não possuem caráter institucional). A lista completa está publicizada e pode ser acessada em: <http://www.defensoria.df.gov.br/conselhos-e-comissoes>

Recomendações: -

Descrição da Recomendação: -

Metas

M450 - ATINGIR A PROPORÇÃO DE, PELO MENOS, 1 DEFENSOR PÚBLICO PARA CADA 10 MIL HABITANTES DO DF

UO Responsável: 48101 - DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Classificação: Quantitativa

Data para Alcance: 12/2022

Produto: DEFENSORES PÚBLICOS POR 10.000 HABITANTES DO DF

Tendência: Maior, Melhor

Valor de Referência: -

Data Referência: -

Quantidade: >= 1,00

Dados do Monitoramento

Qtd. Desejada	Qtd. Alcançada	Situação do Atributo	Razão da Situação do Atributo
>= 1,00	2020 0,78	Meta em andamento conforme o previsto	Não se aplica
	2021 0,77	Meta em andamento conforme o previsto	Não se aplica
	2022 x	-	-
	2023 x	-	-

Status do Monitoramento: OC- (M) Homologado

Informações Complementares: Quantidade de Defensores Públicos em 31/12/2021 = 239. População estimada do DF segundo IBGE = 3.110.654. Cálculo: (239 / 3.110.654) * 10.000 = 0,7683. Não foi possível incrementar o número de Defensores Públicos em 2021 devido a questões orçamentárias e restrições legais quanto a novas nomeações.

Recomendações: -

Descrição da Recomendação: -

M451 - CRIAR OU REVISAR, PELO MENOS, 4 PROTOCOLOS DE ATUAÇÃO JURÍDICA E PSICOSSOCIAL

UO Responsável: 48101 - DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Classificação: Quantitativa

Data para Alcance: 12/2023

Produto: PROTOCOLO DE ATUAÇÃO JURÍDICA OU PSICOSSOCIAL

Tendência: Maior, Melhor

Valor de Referência: -

Data Referência: -

Quantidade: >= 4,00

Dados do Monitoramento

Qtd. Desejada	Qtd. Alcançada	Situação do Atributo	Razão da Situação do Atributo
>= 4,00	2020 4,00	Meta em andamento conforme o previsto	Não se aplica
	2021 6,00	Meta em andamento conforme o previsto	Não se aplica
	2022 x	-	-
	2023 x	-	-

Status do Monitoramento: OC- (M) Homologado

Informações Complementares: Protocolos criados: - Protocolo de Atuação em Favor das Mulheres Vítimas de Violência; - Protocolo de Atuação em Favor das Pessoas Idosas Vítimas de Violência

Recomendações: -

Descrição da Recomendação: -

M452 - REALIZAR ANUALMENTE, PELO MENOS, 35 RECOMENDAÇÕES, TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA E/OU AÇÕES CIVIS PÚBLICAS EM FAVOR DE GRUPOS SOCIAIS VULNERÁVEIS, TOTALIZANDO 140

UO Responsável: 48101 - DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Classificação: Quantitativa

Data para Alcance: 12/2023

Produto: RECOMENDAÇÃO, TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA OU AÇÃO CIVIL PÚBLICA

Tendência: Maior, Melhor

Valor de Referência: -

Data Referência: -

Quantidade: >= 140,00

Dados do Monitoramento

Qtd. Desejada	Qtd. Alcançada	Situação do Atributo	Razão da Situação do Atributo
>= 140,00	2020 43,00	Meta em andamento conforme o previsto	Não se aplica
	2021 86,00	Meta em andamento conforme o previsto	Não se aplica
	2022 x	-	-
	2023 x	-	-

Status do Monitoramento: OC- (M) Homologado

Informações Complementares: Quantitativo por instrumento no ano de 2021: 16 Recomendações; 0 Termos de Ajustamento de Conduta; 27 Ações Cíveis Públicas.

Recomendações: -

Descrição da Recomendação: -

M750 - REALIZAR, PELO MENOS, 52 VISITAS E/OU INSPEÇÕES EM ESTABELECIMENTOS PENITENCIÁRIOS E DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES

UO Responsável: 48101 - DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Classificação: Quantitativa

Data para Alcance: 12/2023

Produto: VISITAS E INSPEÇÕES DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM ESTABELECIMENTOS PENITENCIÁRIOS E DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES

Tendência: Maior, Melhor

Valor de Referência: -

Data Referência: -

Quantidade: >= 52,00

Dados do Monitoramento

Qtd. Desejada	Qtd. Alcançada	Situação do Atributo	Razão da Situação do Atributo
>= 52,00	2020 38,00	Meta em andamento em desconformidade com o previsto	Outras
	2021 79,00	Meta em andamento conforme o previsto	Não se aplica
	2022 x	-	-
	2023 x	-	-

Status do Monitoramento: OC- (M) Homologado

Informações Complementares: No ano de 2021, foram realizadas 41 visitas e/ou inspeções que, somadas às 38 realizadas em 2020, totalizam 79. Com isso, a meta de 52 visitas e inspeções para os 4 anos de vigência do PPA já foi alcançada e superada. Não obstante, a Defensoria Pública do DF se manterá atuante na sua função institucional e social para garantir um nível crescente de visitas e inspeções até o final do período de avaliação do PPA.

Recomendações: Revisão de atributo

Descrição da Recomendação: A meta 750 visa REALIZAR, PELO MENOS, 52 VISITAS E/OU INSPEÇÕES EM ESTABELECIMENTOS PENITENCIÁRIOS E DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES. Ocorre que, até 2021, já foi alcançada a quantidade de 79, levando a entender que a meta parece subestimada. Desta forma, orientamos solicitar a revisão da meta, com a finalidade de traçar uma realização mais desafiadora de ser alcançada até dezembro de 2023. Acrescentamos que o módulo revisão do PPA está disponível para que as Unidades incluam suas demandas até o dia 31/05, conforme Portaria nº 80, de 23 de fevereiro de 2022, que estabelece o Cronograma de Responsabilidades e Prazos dos Órgãos e Entidades do Distrito Federal para elaboração, avaliação e revisão dos Instrumentos de Planejamento Governamental. As orientações de como proceder e formalizar a solicitação, no sistema PPA WEB, constam no item do 11. Revisão do manual disponível no endereço <https://www.economia.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2022/04/Manual-de-operacao-PPAWEB-8.pdf>.
